

A América Latina vivenciou o apogeu do ultraliberalismo nas décadas de 1970 e 1980. O ultraliberalismo originado no pós 2ª guerra transformou-se em ferramenta do sistema financeiro internacional. O impacto dessas mudanças nos países latino-americanos foi visível, as políticas de governo passaram a servir ao capital em detrimento do social. Isso tudo levou o Brasil a transformar a sua máquina pública a fim de se adequar às exigências dessas organizações, deixando de lado as suas particularidades e as garantias sociais conquistadas pelo povo brasileiro. O modelo de Administração Pública Gerencial surgiu no Brasil num momento pós-transição democrática caracterizado por uma situação econômica instável e uma aparente crise do modelo de Administração Pública, além de estar associado à avalanche hegemônica do pensamento ultraliberal.

O objetivo desse trabalho foi buscar uma alternativa ao modelo de Administração Pública brasileira que levasse em conta as peculiaridades regionais, as instituições que se consolidaram, assim como as origens e a formação do Estado. Justifica-se este estudo, pois visa compreender os traços da Administração Pública contemporânea brasileira, a qual é o aparelho do Estado e tem como missão constitucional, a partir de 1988, de efetivar um novo rol de direitos fundamentais, especialmente de corte social, da cidadania brasileira. Daí advém a relevância da pesquisa, na medida em que os direitos sociais, segundo art. 6º da CF, exigem uma prestação positiva do Estado.

O método de abordagem utilizado foi o hipotético-dedutivo, que parte de uma hipótese central para a dedução de afirmações no mundo real, sem abdicar de estabelecer as articulações que revelam a legalidade formadora de projetos.

Como resultados, verificou-se através dos autores estudados, que o Brasil contemporâneo tem características advindas de diversos pensamentos, assim como sofreu durante a sua formação influência de diversos países. Constatou-se que diversas tentativas de consolidação e construção de um pensamento próprio foram feitas no Brasil e na América Latina, tais como o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), além de construções por outros autores como Raymundo Faoro, Celso Furtado, Sérgio Buarque de Holanda, Victor Nunes Leal, Caio Prado Júnior, Darcy Ribeiro e Simon Schwartzman, todos pensando nas especificidades do Estado brasileiro e demarcando problemas ou situações presentes na Administração Pública que deveriam ter sido superados, tais como o coronelismo, o estamento e o patrimonialismo. Os dois modelos de Administração Pública que se consolidaram tiveram méritos no sentido de tentativas de superação desses estigmas da nossa sociedade. O modelo gerencial, principal objeto desse estudo, é um misto de várias vertentes, onde Estado, instituições e sociedade civil buscam se articular, porém mostrou-se não ser pensado para a realidade brasileira e sim mais um modelo transplantado de outra realidade que não abarcou os problemas da Administração Pública.